

CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS DO DESEMPREGO: O QUE SABEMOS

Inara Barbosa Leão

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

inarableao@hotmail.com

A compreensão do fenômeno da falta de emprego, que nos últimos anos tem crescido a taxas ostensivas: 8,1% da população economicamente ativa (PEA) do Brasil, um contingente de desocupados que nas seis regiões pesquisadas equivaleu a 1,9 milhão em setembro de 2009, mostrou que o desemprego e as suas consequências para os trabalhadores decorrentes das transformações infra e superestrutural está determinando novas características para a consciência humana, com implicações psicológicas devidas a ausência de salário e das condições precárias para a manutenção da sobrevivência por outras fontes de renda buscadas pelos desempregados.

Este foi o principal objetivo da pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre os Aspectos Psicossociais da Educação e do Trabalho - GEPAPET, vinculado à Linha de Pesquisa Educação e Trabalho, composto por alunos dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação e do Curso de Psicologia, ambos do Centro de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Para o desenvolvimento desta contamos com financiamento da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino, Ciência e Tecnologia do MS – FUNDECT, do CNPq e da própria UFMS. A qual se pautou no entendimento que o trabalho é constituinte das Funções Psicológicas Superiores dos homens e que a sua forma social predominante nos últimos séculos foi o trabalho empregado. Portanto, o desemprego se torna construtor de consciências diferenciadas daquelas que a psicologia vem abordando tradicionalmente, devido à ausência da possibilidade dos homens produzirem suas vidas.

Estas constatações se sustentam em aspectos que verificamos decorrerem do fato do trabalho sob a forma de emprego ter construído o entendimento que temos sobre nós e os outros, bem como as formas como as relações sociais se estabelecem e a educação que se oferta. Quando abordadas sob a perspectiva da Teoria Psicológica Sócio-Histórica permitiram-nos domínio teórico e metodológico sobre as mútuas determinações do trabalho e das condições psicológicas dos sujeitos trabalhadores. Pudemos constatar que, as crises de desemprego promoveram novas formas de ordenamento do pensamento, das emoções e das relações sociais entre os homens. Tais alterações não se restringem aos aspectos da saúde mental, mas, também, se manifestam na forma de organizar o pensamento e as emoções que medeiam os processos psicológicos e sociais, uma vez que acarretam mudança na identidade de sujeito trabalhador. Isto porque a identidade é determinada pela organização social das relações interpsicológicas e com o desemprego ocorre a substituição da identidade de trabalhador por outra que, em geral, é depreciativa, mas que pode ser reelaborada, dependendo da reconfiguração das relações sócio-culturais derivadas das atuais condições de trabalho e produção de vida.

Portanto, nossas análises foram pautadas pela busca de reconstituirmos a relação historicamente antagonica entre emprego e desemprego promovida pelo desenvolvimento do capitalismo. E os dados obtidos permitem afirmarmos que o desemprego atual promove o incremento do trabalho informal, acarreta alterações sociais como o aumento do terceiro setor da economia e mudanças na subjetividade dos desempregados, para cujo entendimento a psicologia não possui estudos suficientemente desenvolvidos.

O primeiro resultado alcançado foi um Perfil Psicossocial dos Desempregados em Campo Grande – MS, que abordou as relações mais diretamente vinculadas aos aspectos

materiais sócio-econômicos, ou seja, priorizamos as determinações sociais que medeiam as relações sociais com os indivíduos particulares e que, como tais, condicionam as suas identidades ao impor-lhes um status.

As definições metodológica e técnicas se orientaram pela consideração da existência de relações dialéticas entre determinantes sociais e sujeitos particulares, que promovem a constituição de aspectos psicológicos comuns em pessoas diversas devida à uniformidade e constância com que incidem sobre grupos ou classes sociais. Por isso na conformação amostral além dos critérios estatísticos, apoiamos-nos no conceito de Sujeitos Representativos. Por serem entendidos como sínteses das determinações psicossociais, estes sujeitos ou grupos foram considerados apropriados para a investigação dos aspectos sócio-psíquicos presentes em processos sociais. Outra condição para a definição e integração das categorias pesquisadas foi a proximidade da pesquisa de abordagem sócio-histórica com o paradigma crítico, o que estabeleceu outro aspecto a considerar para determinação da representatividade e as análises: os fundamentos do materialismo histórico dialético.

O Perfil destes trabalhadores desempregados estabeleceu as correlações entre as modificações no mercado de trabalho e a conseqüente re-estruturação da suas subjetividades, nos remetendo, inicialmente, a três considerações: (a) a duração do desemprego é baixa, tendo sua maior constância no período de sete meses a um ano; (b) a idade média na qual começaram a trabalhar é, também, assustadoramente baixa; tendo o registro de quem iniciou aos sete (7) anos e (c) o fato de estarmos trabalhando em um Estado cujo principal setor econômico e, portanto de ocupação, é o Terciário. Neste, a exceção do serviço público que se mantém como “emprego com carteira assinada”, ainda que nos últimos anos venha absorvendo maior quantidade de prestadores de serviços, o comércio e a prestação de serviços em geral já carregam as condições da inconstância do vínculo empregatício, da sazonalidade e uma relação direta com a flutuação econômica.

Para auxiliar na análise dos resultados, consideramos os aspectos sociológicos e históricos do trabalho. Ativemos-nos, principalmente, à trajetória do trabalho a partir da Revolução Industrial e as suas subseqüentes transformações. Como o desemprego está diretamente relacionado ao modelo de desenvolvimento do modo de produção capitalista industrial, que surge na Europa em meados do século XVIII. Sob este, desde os trabalhos de Marx, entende-se que o desemprego surge como resultado da contradição do modo de produção capitalista, que ao mesmo tempo em que cria um exército de trabalhadores, cria um exército de mão-de-obra de reserva.

A explicação radical destas condições remete-se à separação dos meios de produção da força de trabalho, resultante da configuração classista das relações sociais estabelecidas pelo capitalismo e que teve como conseqüência a força de trabalho ter se transformado em mercadoria, portanto, sujeita as leis de mercado. Deste modo, os donos dos meios de produção aumentaram seu poder de barganha, o que lhes possibilita exercerem maior controle tanto sobre seus empregados quanto sobre os que estão desempregados.

Independentemente da sua causa direta, o desemprego é resultante da forma de produção do sistema capitalista, a qual estabelece um mercado que regula a ocupação ou não da população economicamente ativa. Este mercado demanda mão-de-obra conforme sua necessidade. Como os meios tecnológicos têm avançado com o propósito de diminuir a porção humana na produção, o emprego vai se tornando cada vez mais raro.

Para a maioria dos autores dedicados a este tema a elevação da taxa de desemprego mundial deve-se a um conjunto de inseguranças do mundo do trabalho. Trata-se de uma revolução que transforma a regressão em progresso, uma vez que, a ampliação das desigualdades e do desemprego, conforme previsão do programa neoliberal é necessária para a recuperação da disciplina laboral, para a flexibilização do uso e remuneração da mão-de-obra e para a elevação da concorrência no mercado de trabalho. O que não permite a

emergência de uma nova fase de expansão do capitalismo maduro, levando a uma maior elevação do desemprego e da pobreza.

Apesar do caráter mundial do problema de desemprego, POCHMANN (1999) salienta que não se pode negar as especificidades nacionais e das distintas formas de seu enfrentamento. O Brasil, que se enquadra no grupo da periferia capitalista, sofre a partir dos anos de 1980, fortes alterações da dinâmica populacional.

Para a Teoria Psicológica Socio-Histórica o trabalho é um mediador fundamental na constituição da subjetividade do indivíduo, pois ele permite que possamos orientar nossos objetivos socialmente, assim como a nossa modificação contínua. Através do trabalho o homem realiza uma atividade sobre a natureza. A atividade, nesta perspectiva, é uma característica essencial na vida do sujeito e refere-se a tudo aquilo que desencadeia ações geradas por uma necessidade.

Na psicologia, Freud afirmava que o trabalho seria uma forma de equilíbrio na vida individual, ou seja, um vínculo do indivíduo com a realidade social. Através do trabalho o sujeito pode liberar impulsos fundamentais de sua libido, construir meios de sobrevivência e justificar a sua existência na sociedade.

Nas teorias psicológicas de base materialista histórica o trabalho é um mediador fundamental na constituição da subjetividade do indivíduo, pois permite que possamos orientar nossos objetivos socialmente, assim como a nossa modificação contínua. Como a psicologia deve abarcar as especificidades do homem enquanto sujeito que na sua atividade caracteriza-se pelo trabalho social; sabemos que este ao dividir as funções e atribuí-las a cada indivíduo, origina novas formas de necessidades, que são os motivos dos comportamentos. A atividade humana, como resultado do desenvolvimento socio-histórico, vai ser internalizada pelo indivíduo e constituir sua consciência, seus modos de agir e sua forma de perceber o mundo real. A consciência se forma a partir da relação do homem com o mundo sócio-cultural, determinada pelas condições socio-históricas que se transformam em produções simbólicas e singulares, ou seja, ela abriga o social transformado em individual.

Portanto, temos cuidado de entender que as condições e processos que investigamos são gerados e se desenvolvem imbricados na dinâmica das relações dos indivíduos com a sociedade. Porém mediadas pelos grupos. É por esta constatação que a dinâmica psicológica dos grupos e dos indivíduos nos ocupa. Sempre pensamos esta dinâmica no seu sentido grego: o da potência e da força. Como tal, a força gerada pela dinâmica é o esforço necessário para fazer alguma coisa, promove a intensidade, o calor, a veemência. Dela derivam o impulso, o incitamento do qual surge a ação que obriga alguém a fazer algo. É a violência do ato de violentar ao torcer o sentido e alterar, inverter, fazer o novo.

Neste sentido lidamos com a possibilidade da potência da subjetividade: a destruição da impotência manifesta no mais alto grau dos motivos e causas elaboradas pelos grupos humanos. Então, a dinâmica que buscamos entender é aquela que proporciona a capacidade de tornar real, efetivo e existente, a que se manifesta na força aplicada à realização de certo efeito.

Os dados acumulados indicam que o desemprego promove mudanças no subgrupo familiar, alterando a sua dinâmica psicossocial e as mediações que estabelecem com o grupo social mais amplo. Consequentemente, os significados que adota sobre o desemprego e seus membros desempregados serão os primeiros mediadores a organizar a consciência individual. Quando adota as significações de caráter liberal que culpabilizam trabalhador desempregado e, portanto alteram os sentidos atribuídos aos mesmos e estes sentidos negativos são os que orientam a atividade do grupo para com o desempregado, e deste com a realidade, dificultando as suas atividades sociais e emocionais, principalmente.

No que se refere às mediações das famílias dos desempregados, as analisamos como um grupo social primário. Isto porque, conforme sustenta Baró, (1983: 236-239) a família

projeta o indivíduo no tempo, vinculando-o com seus antepassados e seus sucessores, e constitui um contexto no qual se pode expressar emoções fortes, positivas e negativas. Além de que as posições relativas no interior deste grupo são muito estáveis, mesmo quando o contato é interrompido por um longo período.

Sob este aspecto temos refratado nas consciências dos trabalhadores desempregados a dicotomia entre a família que cuida, mas que muda para com eles e os maltrata. Esta divisão não é estanque, ao contrário os mesmos sujeitos mantêm ambas as representações concomitantemente. São as famílias que todos conhecemos e que cumpre funções sociais e psicológicas. Não é apenas um grupo de relações subjetivas, que se mantém independente da materialidade do mundo e das suas manifestações concretas. Tanto que os trabalhadores desempregados se referem às relações no interior da família paterna, após o desemprego, mesmo que de curto prazo, como sendo de proteção, quando ela os sustenta, apóia e dá a estabilidade emocional.

Porém, também é onde se sentem humilhados, obrigados a retornar às condições regressivas, como obedecer às imposições paternas próprias de quando eram ainda crianças ou adolescentes: ter horários para voltar para casa, acharem que estão “fazendo corpo mole”, impedirem a manutenção das práticas sociais anteriores, como sair com amigos; dizer que virou vagabundo e tem que trocar de grupo de amigos ou mesmo, cuidam dos filhos dos desempregados, mas agora, como se fossem seus.

Outra dicotomia se apresenta para com a família da qual são os progenitores. Aqui a situação se antagoniza entre poder estar mais em casa, cuidar mais das crianças e do conjugue, cuidar da casa. E, passar a ser mal tratado, ser cobrado pelos filhos que querem coisas, ao mesmo tempo em que são essas crianças apontadas como um dos fatores dificultadores para conseguir e manter-se no emprego; ser ignorado, como se não estivesse mais lá.

Ambas as famílias são, também, o meio mais importante para solução do desemprego e suas conseqüências para os sujeitos: são os pais, maridos e até namorados os que passam a sustentá-los; eles compram as coisas, pagam as contas, ajudam a procurar emprego e, em geral são os que os encontram; os filhos surgem como apoios que ajudam com as despesas, mas, que também não aceitam o desemprego dos pais e passam a menosprezá-los. Em ambas as famílias há também a depreciação de caráter mais psicológico: deixam de lado, ficam bravos e tomam o que fazem como caridade para com o coitado que está desempregado.

Entretanto, a maioria dos nossos entrevistados afirma que é família que o grupo que age para oferecer proteção biopsíquica e social: torna-se o único espaço social que se mantém e onde os sentimentos e emoções se manifestam, com os seus diferentes matizes, mas que perduram e envolvem.

Com estes poucos dados que selecionamos, temos caracterizado que, como todos os grupos sociais primários, a família não é uma categoria abstrata, mas se compõe de pessoas, que apesar das diferenças determinadas pelos estratos e classes sociais; conserva como sua característica principal cada um de seus membros conhecer e estabelecer relações pessoais com os demais e assim gerar uma unidade psicológica particular entre todos eles.

Por isso, tal como os demais grupos primários, estas famílias têm as especificidades de (a) manter as relações face a face e (b) e estabelecer um sentido de unidade, esse sentido social de “nós”. É isso que nos impede de considerarmos as famílias apenas como grupos funcionais ou estruturais. Elas se caracterizam pelas vivências promovidas como uma unidade social fechada e pelo papel fundamental que, no interior dessas unidades desempenham as características próprias das identidades individuais de seus membros. Assim, podemos entender como os traços individuais adquirem uma dimensão social que lhes permite servir de canal simbólico ou formal para as forças e interesses preponderantes nesta nossa sociedade.

Porém, temos que nos remeter aos determinantes históricos que consolidaram essas famílias. E aqui concordamos que frente a alienação do mundo público, as pessoas têm nas famílias um consolo privado, pois já que individualmente os desempregados não podem influenciar na sociedade, tendem a buscar o sentido da sua vida no espaço privado do seu lugar: a sua família. Alguns autores entendem que este seria um dos fatores da marginalização da família na História e a redução da sua função ao caráter compensatório: de ajudar as pessoas a suportarem o peso da alienação e da sua impotência social.

Nesse sentido a necessidade de considerar as emoções e sentimentos dos desempregados revelou que estes têm necessariamente que se manterem dicotomizados e antagônicos, para suportarem a dualidade das relações sociais intra e intergrupais que os sustentam quando perdem a forma social de expressão das suas potências sociais: o trabalho que transforma o mundo e a si mesmo, e que demonstram que existem.

Então, desempregados existem porque têm família que os tratam como importantes e pouco importantes, mas os tratam.

Ao mesmo tempo, tomando a consciência com instância de consolidação das relações individuais com as sociais. O significado social de desempregado, não é reafirmado pela família, mas sim, mediado por ela. E esta mediação parece-nos que tem pretendido reproduzir no seu espaço os aspectos negativos atribuídos pela sociedade, mas sem negar a compensação que isto exigiria e a sociedade não fornece. A família acusa, humilha mas, incita, sustenta e protege.

Estamos apenas constatando que efetivamente é um mediador nesta condição de desemprego. Medeia a relação da sociedade com o desempregado e do desempregado consigo mesmo. Reproduz as condições sociais, mas as abranda ao considerar que os seus membros são também mais que desempregados. Mas, são desempregados numa sociedade que ainda confunde trabalho com emprego. Não são inúteis, mas podem vir a ser vagabundos. Isso nenhum grupo social primário permitirá: a perda da suas características em qualquer dos seus membros. As famílias querem membros, honestos, dignos, trabalhadores e, assim, amáveis.

Outro aspecto a ressaltar é relativa à configuração das identidades dos desempregados. A nossa hipótese é que apenas parte destes trabalhadores vem redefinindo suas identidades em consequência da desfiliação social, provocada pela perda do grupo de trabalho. Este processo deriva do conceito antropológico relativo à relação social de parentesco entre genitor, ou genitora, e progenitura, e que é, ao menos em parte, a base da identidade dos novos membros da sociedade e de sua incorporação aos diversos grupos sociais. No caso do desemprego refere-se analogicamente, à perda das relações sociais derivadas da inserção no mundo do trabalho.

Porém, o que é significativo neste processo são as consequências ocasionadas pela mudança das relações e atribuições que lhes são impingidas pelo grupo de amigos e o grupo familiar. Estes têm utilizado outros significados sociais e sentidos pessoais para caracterizá-los e, conseqüentemente, orientar as relações com os trabalhadores desempregados à medida que o tempo de desemprego aumenta.

A principal característica atual é o fato de o Desemprego ser Estrutural. Sob esta modalidade se encontram as pessoas desempregadas por falta de preparação, seja acadêmica, seja profissionalizante. São os que não têm capacitação para operar as ferramentas de trabalho, em outras palavras, são aqueles que não acompanharam o desenvolvimento tecnológico da indústria e do comércio. Hoje se fala em técnicas e competências de trato ao público, de desenvolvimento pessoal, técnicas de marketing e muitas outras que pressupõem habilidades de âmbito psicológico; características entendidas pela psicologia como produto de relações individualizadas, restritas a meios sociais e circunscritas por determinados grupos. O que pode ser entendido como de foro íntimo ou como elemento de personalidades

históricas sendo tratado como um produto qualquer feito em série em cursos profissionalizantes.

Como é inegável que a atividade tem papel determinante na formação da consciência e que a consciência é a mente humana como um todo, devemos considerar que a atividade é a interação humana com sua realidade objetiva. Através da atividade a consciência vai diferenciar o mundo real das impressões interiores individuais; ela tem a capacidade de observar a si mesma, de forma a manter a estabilidade objetiva das propriedades, independente das subjetivas. É a partir da origem social da atividade, que se dá a constituição da identidade individual, uma vez que a noção de "eu" se constrói na relação com o outro.

A identidade é um fenômeno social e como tal não tem nenhuma característica de permanência. Não é possível isolar de um lado o conjunto de elementos biológicos, psicológicos ou sociais que podem caracterizar o indivíduo, identificando-o, e por outro lado a própria representação desse indivíduo como se fosse algo duplicado dos primeiros e que seria a sua identidade. O processo de individualização só pode se dar pela representação, e esta já faz parte da constituição do indivíduo representado. É que, apesar da identidade ser primeiramente atribuída socialmente, nesta situação ela ainda é pressuposta; só quando ela é reposta, na interação social e pela atividade, nos tornamos as nossas predicções. Ou seja, é pela nossa própria atividade de interiorização da personagem que nos é atribuída que nos identificamos com ela, ou não!

No conceito de identidade passa-se a abarcar a atividade produtiva de cada indivíduo, sob as condições sociais e institucionais onde esta ocorre, o que a relaciona, também, com os aspectos políticos. Assim, Permite ainda o entendimento que no seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas cada uma por ela, uma vez que na sociedade, quando “interiorizamos o que é predicado, a atividade coisifica-se sob a forma de um personagem que subsiste independentemente da atividade que a engendrou e que a deveria sustentar” (Ciampa, 1995:133).

Isto porque sendo o sujeito a unidade do pensamento e do ser, sua autodeterminação se dá com as determinações sociais, devido ao fato do homem ser matéria que concretiza a subjetividade e a objetividade. A autodeterminação supõe uma finalidade, um objetivo, uma afetividade, sentimentos. Estes implicam a aprendizagem, que nos dá as características de outrem e permite que nos exteriorizemos na realidade. Por isso, aprender é ser, pois nessa unidade a subjetividade deixa de ser só desejo e se concretiza, enquanto a objetividade transforma a finalidade em realização.

Como as atividades dos indivíduos são normatizadas, objetivando manter a estrutura social, o que no plano psicológico leva à percepção que as identidades se conservam como foram produzidas, paralisando o processo de identificação pela reposição de identidades pressupostas, que um dia foram postas. Entretanto, o que se dá é que na interação com outrem atuo como representante de mim-mesmo, uma vez que se manifesta apenas uma parte da minha totalidade devido à ação do outro partir da sua pressuposição da minha identidade.

Nestas circunstâncias temos: a desestabilização do ordenamento sócio-cultural e dificuldades de desenvolvimento psicológico integrado com as prescrições normativas sociais; a ausência dos processos de pensamento e comportamentos adequados ao enfrentamento das condições sociotécnicas do mundo do trabalho; que as emoções, experiências psíquicas da atividade psicológica, não se organizam ou caracterizam conforme as determinações culturais para as suas faixas etárias e desenvolvimentais; que o desemprego altera a dinâmica psicossocial das famílias e as mediações estabelecidas socialmente. As suas identidades desorganizam-se porque funções psicológicas para trato público, desenvolvimento pessoal, dentre outras, aparecem como produtos de relações individualizadas, restritas a ambientes e grupos sociais determinados, permitindo que os

elementos históricos das personalidades sejam tratados como produtos de cursos profissionalizantes.

Entretanto, apesar de atingir os desempregados individual e grupalmente, o desemprego é condição social e não psicológica. A atuação sobre as condições psicológicas com os indivíduos em particular, quando visa à alteração de condições sociais que atingem aspectos individuais, como o caso do desemprego, não cria empregos, não cria renda, não traz alteração dos descompassos entre as necessidades e as suas satisfações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DRUCKER, Peter Ferdinand. Sociedade Pós-Capitalista. 1. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning Ltda., 2002.

DUPAS, Gilberto. Economia Global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro

FRIGOTTO, Gaudêncio, In: Aued, Bernadete Wrublewski (org.), Educação para o desemprego. Petrópolis, R.J: Vozes, 1999.

GEPAPET/UFMS. Relatório Final do Projeto de Pesquisa As Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e Emoção. Fundect, CNPQ, UFMS, 2008.

LEÃO, Inara Barbosa (Org.) Educação e Psicologia: reflexões a partir da teoria Sócio-Histórica. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003, v. 1, p. 49-68.

LEÃO, Inara Barbosa (Org.). Implicações psicossociais do desemprego para a consciência individual: manifestações no pensamento e emoção. Campo Grande: UFMS, 2005.

LEÃO, Inara Barbosa. As Intenções e Possibilidades do Estudo dos aspectos Psicossociais do Desemprego a partir das Teorias do Trabalho. Campo Grande: UFMS, mimeog. 2007.

LEÃO, Inara Barbosa; ARAÚJO, Adriano Kasiorowski; MALDONADO, Elódia Herminia; ESPÍNDOLA, Guilherme Madureira; LUZ, Heriel Adriano B; MONTREOZOL, Jeferson Renato; SANTOS, Lívia Gomes dos; ARGUELHO, Luciléa Rezende; MOURA, Luis Henrique de; MOURA, Priscilla Bolfer; TERUYA, Priscilla Soares A trajetória do trabalho e a relação com os aspectos psicológicos: a humanização - 04/2005

LEONTIEV, A. N. Actividad, conciencia y personalida. Buenos Aires: Ediciones ciências del hombre, 1978.

LURIA, Alexander Romanovich. A construção da mente. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Ícone, 1992.

MARTIN, Hans-Peter e SCHUMANN, Harald. A armadilha da globalização, 3ª Edição. São Paulo: Globo, 1998.

MARTIN-BARÓ, I. Sistema, grupo y poder. Psicología Social desde Centroamérica II. San Salvador, El Salvador, UCA Editora, 1980.

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

VIGOTSKY, Lev S.. A formação social da mente, 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1988.